

ATA DA 6.a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, EM 19 DE MARÇO DE 1947

Presidência do sr. João Chéde, secretariado pelos srs. Pinheiro Junior e Rivadavia Vargas.

A hora regimental é procedida a chamada, estando presentes os seguintes deputados: — João Chéde, Pinheiro Junior, Alcides Pereira, Aldo Laval, Aldo Silva, Alvir Riesemberg, Lustosa de Oliveira, Santos Filho, Atilio Barbosa Avelino Vieira Ostoja Roguski, Edgard Sponholz, Felizardo Gomes da Costa, Accioly Filho, Guataçara Borba, Helio Setti, José Darú, Vieira Nétto, Ribeiro dos Santos, Julio Xavier, Lineu Novais, Portugal Tavares, Lopes Munhoz, Ovande do Amaral, Firmann Néto, Rivadavia Vargas e Zagonel Passos (27), achando-se ausentes com causa justificada os seguintes: — José Machuca, Anisio Luz, Lacerda Werneck, Marés de Souza, Hernani Benghi, Iracy Viana, Alves Bacelar, Julio Buskei, Justiniano Climaco e Waldemiro Pedroso, (10).

Constatada a existência de número legal.

ABRE A SESSÃO

passando o sr. 2.^º Secretaria á leitura da ata da sessão anterior, que depois de lida é aprovada.

Convidado pelo Senhor Presidente, o sr. 1.^º Secretário passa á leitura do

EXPEDIENTE

TELEGRAMA: — Do Sr. Ministro da Justiça, agradecendo a comunicação da instalação desta Assembléia e congratulando-se por esse auspicioso acontecimento, com os votos de felicidades pessoal ao Sr. Presidente e demais Membros da Casa, Ciente, Arquive-se.

— Do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, apresentando ao Sr. Presidente e aos srs. Deputados congratulações pela instalação desta Assembléia, confiante na ação dos representantes do povo, de respeito á Constituição Federal, ás reivindicações do proletariado, notadamente com referência á carestia da vida. Agradeça-se.

— Do Presidente do Clube de Natação e Regatas "Comandante Santa Rita", de Paranaguá, congratulando-se pelo inicio dos trabalhos legislativos. Agradeça-se.

OFÍCIO: — Do Dr. Muggiati Sobrinho, Diretor Geral do Departamento Estadual de Informações, convidando o Sr. Presidente desta Casa e aos Srs. Deputados para assistirem, no próximo dia 20, ás 10.30 horas, no Cine Luz, o filme confecionado em torno das solenidades de

instalação desta Assembléia Legislativa e da posse do Sr. Governador Moysés Lupion. Dê-se conhecimento aos Srs. Deputados. Agradeça-se.

— Do Dr. Milton Munhoz, comunicando haver assumido, em data de 13 do corrente, o cargo de Diretor Geral da Saúde Pública do Paraná. Agradeça-se.

— Do Dr. Ney Leprevost, comunicando haver assumido, em data de 13 do corrente, o exercício do cargo de Procurador Geral do Estado.

REQUERIMENTO: — Do Deputado José Alves Bacelar, pedindo licença para se ausentar da Casa pelo prazo de 20 dias.

Terminada a leitura do Expediente, o Sr. Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos.

O SR. LUSTOSA DE OLIVEIRA: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. LUSTOSA DE OLIVEIRA: — Sr. Presidente, srs. Deputados. Ao elevar nossa palavra, no recinto desta Assembléia de representantes do povo, o fazemos com muita honra, na qualidade de interprete da laboriosa população do longinquo município de Guarapuava.

Preliminamente, desejamos congratular-nos com o nobre povo paranaense pelo auspicioso acontecimento que assinala o retorno de nosso Estado ao regime Constitucional, após longo período de cerceamento das liberdades públicas. Aqui estamos pois no desempenho do honroso mandato que nos foi outorgado pelo povo do planalto do oeste paranaense. E, no fiel cumprimento da missão que nos foi confiada, não regatearemos esforços em defesa dos supremos interesses da secular comuna guarapuavana, que tem vivido completamente esquecida e desamparada dos poderes públicos, mas, nem por isso, tem deixado de progredir, graças ao dinamismo e dedicação de seus abnegados filhos que lutam para transformá-la, em futuro próximo, numa das mais progressistas regiões do Paraná.

Basta, sr. Presidente, para o aceleramento da prosperidade da privilegiada região do opulento oeste paranaense, que as suas vias de penetração sejam concluídas de vez.

Há mais de meio século, o laborioso povo guarapuavano esperava que se converta em realidade o seu acalentado sonho: uma ferrovia, que, atravessando suas dilatadas campanhas e suas intermináveis matas seculares, ligue o litoral paranaense com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina, no extremo oeste. A construção dessa estrada, conhecida com a denominação de Ramal de Guarapuava, foi iniciada no ano de 1928, no então governo do ilustre paranaense dr. Afonso Camargo. Advinda a revolução de 30, os serviços dessa construção, foram paralisados durante um decénio, e sómente reiniciados durante a fecunda gestão do sr. Manoel Ribas, de saudosa memória.

Finalmente, em setembro de 1945, as pontas dos trilhos atingiam o quilômetro 95 do mencionado ramal, já em território guarapuavano. E ali estacionaram até os dias presentes, embora o percurso restante para alcançar o Km. 12, nas barrancas do rio Jordão, sejam apenas de 29 quilômetros! E note-se, que os cortes de terra já estão trabalhados desde 1929.

Com a conclusão desse diminuto percurso de 29 quilômetros, quasi em condições de receber o assentamento de trilhos, estarão ligados esta Capital e os demais núcleos consumidores do Estado, com a cidade de Guarapuava, centro político e social de vasta e riquíssima região do terceiro planalto paranaense.

Daqui reiteramos ao Exmo. Sr. Diretor da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, veemente apelo, no sentido patriótico, para que essa importante ferrovia seja concluída sem mais delongas, beneficiando, destarte, não só a fertilíssima região do oeste, e sim todo o Estado. Pois, é do conhecimento de todos os nobres deputados, com assento nesta Assembléia, das incalculáveis riquezas que jazem em estado latente, nos vastos municípios do oeste, detentores absolutos de inesgotável reserva florestal, de terras magníficas para qualquer cultura, e do maior parque pecuarista do Paraná.

Outra via de acesso à região do oeste é a estrada de rodagem Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, que atravessa os prósperos municípios de Imbituba e Prudentópolis, para atingir Guarapuava.

Essa estrada, também está com os serviços de construção paralizados já há alguns meses deixando desocupados milhares de operários, sem recursos, ao leio da sorte, na mais negra miséria, e que vagam, em hordas, pelas imediações da estrada abandonada, como verdadeiros párias, implorando trabalho nas Fazendas com risco de praticarem assaltos, quando lhes é negado serviço.

Urgem medidas imediatas para minorar a sorte dêsses infelizes patriotas nossos — os nossos tristes “arigós”, recrutados em outros Estados, e que, de uma hora para outra, foram abandonados, sem recursos siquer para o regresso ás suas terras de origem.

Sobre a inadiável necessidade da continuação dos serviços dessa importante rodovia, já se pronunciou nesta Casa o nobre deputado Aldo Silva, da bancada petebista.

Pronunciou-se, tambem, atrávez de importante documento dirigido á Associação Comercial do Paraná, o professor Flávio Suplicy de Lacerda, ilustre ex-Secretário de Viação d'este Estado, que descreveu com muito acerto, o estado de abandono em que se encontra essa construção, afirmando que “Guarapuava tem sido condenada ao suplício de Tantalo, parando-lhe a água sempre abaixo da bôca”.

E isso é uma indiscutivel verdade, pois, faltam terminar, no trêcho compreendido de baixo da serra da Esperança, até á cidade de Guarapuava, sómente quatro quilometros de ligações, e 40 do revestimento, para que o intensissimo tráfego daquela zona seja feito em condições normais, principalmente na épocas de chuvas ou invernosas.

Essa é a realidade de como se encontra a única estrada de rodagem que liga a cidade de Guarapuava a esta Capital.

Agora, porém, redobra a nossa fé em melhores dias, com a ascenção do Sr. Moysés Lupion, á suprema administração pública do Estado, o qual, como homem experimentado, conhecedor de todos os problemas e necessidades que afligem as populações paranaenses, saberá, com sua esclarecida inteligência, reconhecido tirocínio práctico e devotada dedicação em bem servir a causa pública, ha-de encontrar as necessárias e adequadas soluções, para que sejam resolvidos, satisfatoriamente, êsses mesmos problemas, que importam na incessante prosperidade e consequente grandeza do Paraná e do seu povo. (Palmas)

O SR. JOSÉ DARÚ: — Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DARÚ: — Exmo. Sr. Presidente. Srs. Deputados: Que as minhas primeiras palavras nesta Casa sejam as de congratular-me com a feliz e acertada escolha de V. Excia., sr. Presidente e demais Membros da Mesa, para dirigir aqui dentro nossos passos, na certeza de que sabereis com vossa inteligência, com o vosso tino administrativo, com a vossa prática, dirigir com acerto os nossos trabalhos. Eu quero Sr. Presidente e ilustres Deputados, apenas vir trazer á esta Casa um pequenino trabalho para que seja apresentado, afim de que eu também possa dizer que ao lado de minha bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, procurei colocar um tijolo neste grande edificio que é a reestruturação do progresso do nosso querido Estado do Paraná. (lê):

“Exmo. sr. Presidente da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná.

O Deputado, abaixo assinado, de conformidade com as atribuições que lhe são conferidas, como representante do povo, e

CONSIDERANDO que a localidade de Santa Felicidade, próximo á Capital, está isolada pela falta de uma comunicação rápida e eficiente como o telefone;

CONSIDERANDO, que já em 1912, Santa Felicidade possuia telefone, quando ali existiam apenas dois comerciantes, isso mesmo, em Passa-Una, Sechimmeifeng e Marcos Mocelin, sendo este no centro da Colônia;

CONSIDERANDO que hoje existem cerca de vinte comerciantes, e acen-tuado progresso, tendo a Colônia, Grupo Escolar, Casa Hospitalar, farmácia e médico residentes;

CONSIDERANDO a necessidade dêsse meio de comunicação, visto já se haver normalizada a situação de falta de material criada com a guerra;

PROPOE

seja sugerido ao Governo do Estado no sentido de que a Cia. Telefônica Paranaense, estenda a rede telefônica até Santa Felicidade, com providência das mais benéficas para o progresso daquela localidade.

Sala das sessões, em 19 de março de 1947.

(a) **José Darú** — Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro".

Tenho ainda, sr. Presidente, mais uma proposição á apresentar: (lê).

"Exmo. sr. Presidente da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná."

O Deputado, abaixo assinado, de conformidade com as atribuições que lhe são conferidas, como representante do povo, e

CONSIDERANDO que a população de Santa Felicidade, se ressente da falta de luz elétrica;

CONSIDERANDO que os moradores daquela colônia, próxima a Curitiba, têm feito diversos abaixo assinados, nesse sentido, sem nenhum resultado;

CONSIDERANDO que Santa Felicidade já apresenta uma densidade de população notável, e tem necessidade de energia elétrica para impulsionar mais rapidamente o seu progresso;

PROPOE

seja sugerido ao Governo do Estado, no sentido da Cia. Fôrça e Luz do Paraná estender a sua rede de luz e fôrça até Santa Felicidade, como providência das mais úteis e necessárias para o desenvolvimento de toda aquela próspera localidade.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1947.

(a) **José Darú** — Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro".
Tenho dito. (Palmas).

O SR. RIVADAVIA VARGAS: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RIVADAVIA VARGAS: — Exmo. sr. Presidente Srs. Deputados:
Ao levantar-me pela primeira vez nesta augusta Casa, eu quero manifestar de público os meu agradecimentos, o meu mais profundo reconhecimento á boa gente de minha terra e á todos os amigos que pelo Paraná inteiro melhoraram com seus votos ao confirir-me uma cadeira na Assembléa Legislativa do Estado.

Sr. Presidente, nesta Casa tem sido apresentada desde o princípio de suas sessões, indicações, proposições, requerimentos sugerindo medidas, que, na verdade, interessam ao povo do Paraná, mormente, Sr. Presidente, neste grave momento de incerteza que atravessamos, quando por ai imperam o mercado negro, os tubarões que estão a afrontar as conciencias e a ferir principalmente a economia do pobre.

Mas, sr. Presidente, nem todas essas indicações, nem todas elas se justificam, com licença de alguns dos nobres colegas que apresentaram tais indicações, porque no Plano Rodoviário, no Plano estabelecido pelo governo que vem de se inaugurar, ja estão demarcadas as linhas mestras de sua administração, que, em verdade, e nós devemos reconhecer, traçou diretrizes para defesa do direito do povo visando o progresso do Estado do Paraná.

E' certo sr. Presidente, que muitas vezes algumas dessas indicações, eu as considero intempestivas, algumas dessas indicações eu as considero inopportunas, porque o nosso governo, o governo do Sr. Moisés Lupion, instalado há poucos dias, está apenas se empossando, ainda não penetrou na realidade de nossa situação econômica e financeira, e portanto não nos devemos adiantar aos seus altos propositos.

Esta é a minha opinião, com permissão de meus colegas: dé-se tempo ao governo do Sr. Moisés Lupion para que estude os nossos problemas, para que se confronte de nossas necessidades, da nossa economia, para que se possa capacitar da estruturação de nossa administração, minorando os males que por ai andam. Mas sr. Presidente, a despeito destas considerações, eu também estou trazendo, á esta Casa uma indicação, uma indicação de caráter local, não visando de modo algum a popularidade, porque eu posso afirmar aos que me ouvem, não me encontro nessa corrida louca, em bus-

ca dos pedestais da popularidade, e assim eu quero encaminhar a Mesa uma indicação que venho de formular, inteiramente de caráter local (lê);

“INDICAÇÃO

O Deputado á Assembléia Constituinte Estadual, que esta subscrever, considerando, que, na organização federal, as tendências da Constituição Brasileira, nos imperativos de sua letra, inclinaram-se para o municipalismo criador, como primordial fonte de vida e celula mater da nacionalidade;

considerando, que, ao Poder Público incumbe promover os meios de dar vitalidade á todos os nucleos populosos, especialmente, aos que não receberam antes qualquer estímulo ou auxílios dos governos, já dotando-lhes de órgãos de administração e justiça, já provendo-lhes de escolas e de outros benefícios normais, para que o povo possa crescer, ilustrar-se e progredir;

considerando, que, o atual distrito judiciário de Curiuva, antigamente chamado Caeté, pertencente ao município de Congoinha, da Comarca de Assai, encontra-se dentre os muitos centros populosos do Estado, capazes de dirigir seus próprios destinos, eis que dispõe de capacidade econômica, social e administrativa para obter, com indeclinável direito, seus fóruns de Município, conforme tudo se depreende dos dados estatísticos que a esta se anexa;

considerando, que o distrito de Curiuva, achando-se á margem da estrada do Cérne, entre Pirai-Mirim e Araiporanga, dista 98 quilometros da sede do Município, o que dificulta, sobremaneira, as relações do seu povo com a máquina administrativa do Município, de vez, que, além da grande distância, Congoinha já é fora da rodovia oficial, em ramal que liga Araiporanga e Cornelio Procópio;

considerando, que, devendo inaugurar-se, dentro de breve tempo, as novas estações ferroviárias de Cambuí e Barro Preto, a primeira na Linha do Rio do Peixe e a segunda na Estrada de Ferro Monte Alegre, a sede do distrito de Curiuva ficará ligada a primeira estação por 22 kms., e á segunda por 24 kms.;

considerando, que, não seria possível continuar Curiuva sob tutela de Congoinha, quando achando-se tão próximo da ferrovia, e, por assim dizer, dos benefícios da civilização, seria mais lógico e interessante atrairmos as relações, as simpatias e os fatores econômicos daquela zona para a influência benéfica de nossa Capital, ao envés de afastá-los, em sentido dispersivo, para o Norte do Estado;

considerando, que, embora não esteja a Assembléia funcionando como órgão legislativo, cabe-nos, como legítimos intérpretes das aspirações populares, atender aos apelos irreprimíveis de um povo ordeiro e trabalhador, cheio de fé e de civismo, como o de Curiuva, que pode e quer integrar-se na grande obra renovadora a que se propôs o novo governo.

S U G E R E :

data venia, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio da Mesa da Assembléia Constituinte do Paraná, a criação do MUNICÍPIO DE CURIUVA, possibilitando-se ao povo dali uma nova feição civilizadora e de prosperidade no seio comum da vida paranaense.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1947.

(a) Rivadavia Barbosa Vargas

Sr. Presidente, eu queria mencionar alguns dos dado estatísticos que trouxe á Casa para justificar esta proposição (lê):

“DISTRITO DE CURIUVA — Município de Congoinha — Comarca de Assai.

POPULAÇÃO: — 10.000 almas, calculadamente.

RECEITA ESTADUAL: — de 22 de março a 22 de novembro de 1946, oito meses, portanto, o Estado arrecadou Cr\$ 283.521,60. Estabelecida a média encontramos Cr\$ 425.000,00 para o ano.

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: — Cr\$ 120.417,30, de 1º de janeiro a 25 de novembro de 1946. Esse montante nos oferece média de Cr\$ 131.000,00 para o ano.

EXFORTAÇÃO DE SUINOS: — Em 1946, o distrito exportou 12.546 suínos, apesar da peste que durante todo o ano assolou a zona.

EXISTEM no Distrito:

Agência do Correio.

5 empresas de mineração, ou sejam:

Carbonifera Cambuí Ltda. ou S/A.; Carbonifera Rio do Peixe S/A; Carbonifera Brasileira S/A.; Carbonifera Paraná-São Paulo S/A.; Mineração de Carvão Norte do Paraná, todas em franca atividade.

65 estabelecimentos comerciais

8 serrarias de grande produção, em plena atividade.

3 oficinas mecânicas

1 fábrica de banha

1 fábrica de aguardente

3 açougue

2 padarias

2 farmacias

2 cerâmicas

180 criadores de suinos

50 criadores de gado vacum.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1947.

(a) **Rivadavia Barbosa Vargas'**

Já vê daí Sr. Presidente, que o Distrito de Caviúna é um importante centro de atividade, por sua população e por sua capacidade econômica, e nestas condições parece-me que seria justo libertarmos o Distrito de Caviúna do Município a que pertence, creando-se uma nova fonte de ordem e progresso na grandeza do Estado do Paraná. Com estas palavras, termino minha proposição, requerendo á V. Excia. que tenha a fineza de fazê-la chegar ao poder competente. (Palmas)

O SR. ALDO LAVAL: — Peco a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre deputado Aldo Laval.

O SR. ALDO LAVAL: — Sr. Presidente, membros da Mesa, meus caros Colegas, ilustre e seleta assistencia. Ao iniciar, eu me dirijo aos nobres Colegas, aos respectivos profissionais da espinhosa e grandiosa tarefa da Medicina e que se acham investidos da deputação nesta Casa. Peço permissão aos nobres Colegas para poder abordar um assunto que se faz mister nesse instante, em homenagem á situação em que os encontramos, no momento por que passa o Brasil e o Estado do Paraná, depois de haver retornado ao seu seio o regime constitucional. O povo de nossa terra assim o desejou. O povo brasileiro determinou que assim fosse porque, de um modo geral, as suas aspirações seriam interpretadas, ouvidas, acolhidas, através dos seus representantes. Nessas condições, sr. Presidente, quando a Assembléia em nosso Estado se instala, para poder atender aos imperativos do povo que clama por justiça, na mais angustiosa das situações, como é do conhecimento de todos, esse povo de que somos os seus representantes, encara a nova Constituição, a Assembléia em nosso Estado como se fôra o médico hospitalero que é chamado ao leito de um enfermo. Ao aproximar-se o profissional do leito de dôr de um enfermo, chamado em situação urgente, necessário é que não fracasse tanto nas receitas, como prescrevendo as necessárias medidas para o estado grave em que se encontra o enfermo. Nessas condições, o povo, que é o enfermo, que é o agonizante espera que esta Assembléia, que é o médico que foi chamado para, na hora precisa, socorrer-lo, não possa deixar de apresentar o remedio capaz de, não sanando de todo a doença, mas resolver por meio de algum fortificante, de um tonico, capaz de levantar as suas fôrças. Eu comparo o povo como se fosse um enfermo grave e a Assembléia como se fosse um médico. Nessas condições, nobres colegas, não é possível que um médico, a Assembléia, tenha que esperar até que as farmacias possam munir-se dos remedios para a manipulação daquela receita. Não é possível que esse povo, como se fosse um doente grave, tenha que ser protelado, para que seus problemas sejam resolvidos e solucionados dentro da lei. A Casa não pode ficar indiferente ás necessárias medidas que se fazem urgentes. Deveria levar ao conhecimento do Sr. Governador do Estado, o Sr. Moysés Lupion, as necessárias

sugestões para que por seu intermédio, através dos canais competentes pudessem ser amenizados êsses problemas por cujas soluções o povo clama.

O sr. Portugal Tavares: — O Sr. Moysés Lupion é o médico da situação. Ele está com a seringa para injetar no organismo do doente o remédio que lhe minorá as dores. O Governo tem dois caminhos a seguir: ou cura a doença do povo, ou constrói um hospício para o povo.

O SR. ALDO LAVAL (continua): — Na tacanha mentalidade de um representante do povo, (não apoiado) não posso compreender de outro modo as nossas atribuições.

Compreendo que, deante de uma situação dolorosa, tôdas as questões humanas se inclinarão reverentes, para assim atenderem aos seus imperativos. Todas as leis se fundamentam na dôr, porque ele é a suprema condição da vida, a única que representa a base máxima das leis que regem os destinos desta Casa. Nessas condições, sr. Presidente, a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro que vem desde o inicio se batendo por tais problemas, apoiado pelo meu colega deputado Vieira Neto, quando se referiu á questão da estrada de ferro Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, e á situação de seus ferroviários, desses homens heroicos e sem assistência, muitos deles já com pernas e braços decepados. Por mais que facamos em benefício deles e do povo, será pouco ainda. Para êsses que trabalham em fábricas, bancos, oficinas, escritórios, no campo, toda a parte ! De que maneira podemos nós solucionar os seus problemas ? Pondo a nossa vontade acima de tudo e de todos, afim de auxiliarmos essa turba, êsse número incomparável de padinhos de nosso Paraná. Resolvendo sobre a questão dos transportes, dos salários, e até obrigado a Comissão Estadual de Preços a cumprir o seu dever. (aplausos demorados).

Sr. Presidente, é preciso que, a meu vêr, haja uma solução para casos de emergência. Em primeiro lugar, está a situação que aflige milhares de operários quase na impossibilidade de desenvolverem as suas atividades, e sem habitações adequadas, sem casas baratas. Sr. Presidente; são 3 os principais problemas. 1.º — dos transportes; 2.º — o de salários. 3.º — é o de abrigos adequados. Acima de tudo e acima de qualquer interesse pessoal, devemos vör os interesses do Brasil. Devemos tomar as medidas necessárias afim de levar ao conhecimento do governo do Estado, tais sugestões, pelas quais devem ser resolvidos êsses problemas e depois, então, teremos as normas para servir de base á Constituição do Paraná. Ao terminar, lerei em seguida o texto das sugestões em apreço que encaminharei á Mêsa. (lê).

“SUGESTÃO”

Exmo. Sr. Presidente da Mêsa Condutora dos Trabalhos da Assembléia.

O Deputado Aldo Laval, infra assinado, da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, como homenagem á volta do Regimento Constitucional em nosso Estado e no País, requer, sejam de fato, considerados de caráter extremamente grave, os problemas atinentes aos meios de transportes aos meios de habitações baratas, aos meios de salários e vencimentos, e que assim julgados, merecam desta Casa, medidas urgentes e enérgicas no sentido de minorar tal situação, especialmente como arma poderosa de combate contra os Monopolistas, os vis e criminosos agentes do Mercado Negro.

Assim sendo, pede o signatário dêsta, que, após a manifestação da Casa, sejam oportunamente instaladas as Comissões respectivas á cada problema em particular, como o propósito de dar uma satisfação ao Povo, elaborando bases e estudos da matéria, que servirão de sugestões aos canais competentes para sua execução.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1947.

(a) **Aldo Laval** — Deputado pelo P.T.B.”,

O SR. VIEIRA NETTO: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA NETTO: — Sr. Presidente, caros colegas. Ontem nesta Casa apresentei uma indicação no sentido de fazer nomear uma comissão para entender-se harmonicamente com os Poderes Públicos, com o Sr. Governador

Moysés Lupion e com a direção da R. V. P.S. C., afim de que essa comissão fosse colaborar na solução do aumento dos salários. Esta minha proposição, que mereceu o apoio da U.D.N., P.T.B., do P.R., do P.R.P., não visava uma intromissão nas funções de ninguém. Todavia, foi essa minha proposição tida como anti-jurídica. Se bem que eu, com apenas 15 anos de prática da minha profissão, ainda não a conheça bem, nem por isso eu falaria para defender a minha proposição se não notasse na atitude que tomou a maioria da Casa, uma tendência que se consubstancia no propósito de restringir as funções constitucionais de elaboração da Constituição e sem que a Assembléia Constituinte possa restabelecer aquele poder soberano que o povo lhe deu nas urnas, e que ninguém lhe poderá tirar, a não ser o povo. (Aplausos demorados). Foi para isso que vim a esta tribuna. Não mereço de receber lições do sr. deputado Lopes Munhoz, porque, como disse, reconheço que sou muitas vezes anti-jurídico. Agradeço até todos esses conselhos.

O sr. Lopes Munhoz: — Permite-me um aparte? Eu qualifiquei a indicação de V. Excia. de antiregimental, concordei com V. Excia. quanto à aflição dos problemas de transporte, e à situação da R. V. P. S. C. Apenas fiz notar que figurariam essas atribuições na esfera federal. Longe de mim o intuito de dar lições a V. Excia., em quem reconheço um espírito esclarecido.

O SR. VIEIRA NETTO: — Agradeço o esclarecimento. Mas o elogio, esse não o mereço. Sr. Presidente, não vim defender-me desse adjetivo antijurídico. O que eu queria caracterizar era essa tendência de restrigir a soberania popular. Os acontecimentos obedecem a leis, e não se sucedem como uma série simples, mas sim como um processo de ações e de reações, de teses e de anti-teses, durante os quais há momentos de desequilibrios e choques, e outros períodos em que existe equilíbrio como unidade de contrários de um período de desequilíbrio a guerra e a revolução.

O sr. Lopes Munhoz: — V. Excia. permite um aparte? V. Excia., pelo que vejo, não se conforma com este equilíbrio, que a Assembléia veiu estabelecer. V. Excia. preferiria a isto, o regime unitário de um partido único. Aqui V. Excia. terá que se subordinar à vontade da maioria. Isto que V. Excia. está vendo aqui é Democracia.

O SR. VIEIRA NETTO: — Eu estava falando sobre os problemas dos ferroviários. Permita V. Excia. que eu continue a falar, sem interromper-me. Sr. Presidente, nessas séries de ações e de reações devemos compreender que os acontecimentos históricos, através da evolução dos povos, sofre o mesmo processo de reações. Carlos Maximiliano, em 1891, dizia que quando novas Constituições são promulgadas há uma tendência geral para interpretá-las ao modo do antigo regime, para impedir a marcha para diante, para impedir que se olhe para a frente, para impedir o progresso. Sr. Presidente, o que eu queria dizer, lembrando as palavras de Carlos Maximiliano, é que a Constituição de 1946 é um espírito completamente novo, é a volta à democracia em todo o mundo, é o fim da tendência exclusivista que reune nas mãos de um paranóico todos os poderes do Estado, que reune todos os poderes constitucionais, a vontade da nação, nas mãos de um só homem. É a ditadura nazista, a ditadura fascista, que pretende inibir o exercício dos poderes do povo. Quando interpretarmos a Constituição de 1946, não o fazemos com a ideia dos 15 anos de regime dentro do espírito da Carta de 1937, porque é um espírito perigoso.

O sr. Lopes Munhoz: — Foi esta a tese que o partido de V. Excia. sustentou, quando dizia querer a Constituinte com Getúlio Vargas.

O SR. VIEIRA NETTO: — Eu disse que queria a Constituinte de qualquer maneira, com Getúlio Vargas ou sem Getúlio Vargas. Sr. Presidente todos os governos instalados depois da guerra são regimens populares. A libertação dos povos deu-lhes oportunidade de serem populares, e hoje todos têm uma tendência para construirem a soberania do povo, através das Assembleias Legislativas, a que está sujeito o Poder Executivo. Um governo assim é um governo popular e democrata. Não venceu, Sr. Presidente, na Constituição de 1945, a tendência de parlamentarismo para o Brasil. Mas o próprio espírito presidencialista, o princípio das Constituições anteriores, já sofreu muitos golpes, desde as interpelações aos minis-

tros, até o seu comparecimento ás Camaras Federais para responderem ás interpelações legislativas, que são tipicamente dos regimens parlamentares.

O SR. PRESIDENTE: — Quero comunicar ao nobre Deputado que está esgotada a hora destinada ao Expediente.

O sr. Vieira Netto: — Peço Sr. Presidente, inscrever meu nome para o Expediente da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE: — V. Excia. será atendido.

O sr. Lineu Novais: — Sr. Presidente, peço a V. Excia. me seja dada a palavra durante a hora destinada á Ordem do Dia, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: — V. Excia. será atendido. Quero comunicar ao sr. deputado José Darú, que suas proposições serão encaminhadas; ao sr. deputado Rivadavia Vargas que também será encaminhada sua Indicação. Ao deputado Aldo Laval, quero comunicar que sua sugestão será atendida, na devida oportunidade.

ORDEM DO DIA

Não havendo trabalhos sóbre a Mesa, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. deputado Lineu Novais.

O SR. LINEU NOVAIS: — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

A nossa bancada nesta Assembléia, legitimamente eleita pela vontade expressa do povo, é a representante deste grande partido político União Democrática Nacional e consequentemente a sua diretriz é aquela consubstanciada no seu programa político partidário.

Este programa largamene defendido, foi a pedra básica sóbre a qual assentamos a nossa propaganda em todos os movimentos políticos porque tem passado ultimamente o nosso País, e reivindicamos o direito de termos sido os pioneiros na defesa dos princípios democráticos e na reimplantação da ordem judídica.

Gravitaram os nossos esforços em torno dessas figuras empolgantes do cenário político nacional, desses orientadores e condutores da opinião pública que foram: Eduardo Gomes, Octávio Mangabeira, José Américo, Prado Kelly, Armando de Salles, Melo Franco e tantos outros incansáveis trabalhadores na luta pela redemocratização de nossa Pátria. Nobres Deputados, a democracia deverá sobreviver, exercido o regime com honestidade e com toda a grandeza das suas instituições, assegurando ao Estado máxima vitalidade, respeitando as liberdades e a dignidade humana, observando que ela evolue sempre baseada nos fundamentais princípios da razão e do direito, procurando cada vez mais igualar os homens perante a lei, e assegurá-lhes iguais oportunidades.

O nosso programa, estudado e relatado com carinho e diligência por correligionários cultos e proficientes, foi aprovado em memorável e impressionante convenção democrática realizada na Capital da República. Nele percebemos cuidadosamente descritos e a forma de solvê-los, os problemas presentes do Brasil, lá encontramos estudos sóbre: Ordem política: Organização econômica e financeira. Economia Rural: Política Social: Educação e saúde pública; Defesa nacional e Política Exterior, sob a egide da impressionante frase do Brigadeiro Eduardo Gomes: "O preço da liberdade é a eterna vigilância".

Aqui estamos, portanto, com rumos prefeitamente definidos, com a finalidade expressa de integrarmos o nosso querido Estado no regime da lei, tendo presente o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo decimo primeiro, parágrafo nono, e, meus Senhores, Praza Deus seja nossa Constituição Estadual promulgada são todos os lídimos anseios do povo que representamos.

Reconhecemos que os esforços serão titânicos e que estamos envolvidos nessa revolução social por que passa o mundo, mas temos fé no nosso regime, temos esperanças nos nossos princípios democráticos que sobrepujarão essas doutrinas corruptoras desmoralizantes cujo maior mal é aniquilar com a dignidade humana.

Sr. Presidente. O nosso "modus vivendi" dentro desta egrégia Assem-

blea serão pautados pelo maior respeito e acatamento á orientação da Mesa da qual sois digno Presidente, desde que seja sumprido fielmente o Regimento Interno e que a margem dele sejam justas e meritórias as vossas decisões.

Nobres Deputados, Podemos afirmar que lhes dispensaremos a melhor das nossas considerações, comungando convosco nos esforços para dotarmos o Estado do Paraná de seu Estatuto Constitucional, observando os progressos sociais que a democracia vem apresentando na sua trajetória evolutiva.

Sim, Srs. Deputados, porque não vemos alguém que nos supere no desejo de impôr e apoiar regime verdadeiramente democrático, na nossa Pátria, regime que induz ao respeito á lei, que compele a cada cidadão á responsabilidade de seus atos em todos os setores da atividade humana.

Temos a declarar ainda que participamos com toda a honestidade e fidelidade da coligação de partidos que nesta Casa têm representação e que pleiteamos unidos ás eleições de 19 de janeiro, contribuindo eficientemente para a eleição do sr. governador Moyses Lupion, do senador Artur Ferreira dos Santos e seu suplente Maximino Zanon, há poucos dias diplomados nesta Casa e a quem abrindo largo crédito de confiança, emprestamos a máxima cooperação.

Estamos, portanto, participando do governo do Sr. Moyses Lupion, cooperando com ele no estudo dos problemas mais aflitivos do Estado, e estamos certos que poderemos prestar-lhes ajuda incontestável, esperançosos que esses problemas sejam resolvidos no mais curto prazo para felicidade do povo e maior grandeza do Paraná.

Podemos adeantar a VV. Excias., Senhores Deputados, que as soluções desses problemas estão sendo encaminhadas com o máximo amor á causa publica, porque temos o prazer de trazer a esta Casa notícias auspiciosas, e faz o Sr. Governador questão que sejam do conhecimento dos Srs. Deputados.

Podemos adeantar que o Sr. Governador Moyses Lupion, já tomou providências de emergências no sentido de solucionar da melhor forma possível os seguintes assuntos:

Abastecimento de leite, entrando em entendimento direto com os leiteiros produtores e com os fornecedores dos produtos alimentícios do gado.

Abastecimento de óleo combustível, tendo entrado em entendimento direto com o governador Ademar de Barros, que liberou uma considerável quota a ser importada pelo nosso Estado, o que sem dúvida virá solucionar a carestia da banha, tão escassa por motivos conhecidos.

Abastecimento de gasolina — para a Capital e Interior, tendo concertado o seu transporte de diversas formas, desde que já providenciou com as companhias vendedoras o abastecimento do Estado.

Abastecimento de carne, com a providência para a entrada de 2.400 cabeças de gado de cortes, mensais, vindo de São Paulo.

Importação de caminhões e pneumáticos, encaminhados para a lavoura a-fim-de abastecer diretamente os centros populosos, com o transporte de gêneros alimentícios.

Auxílio aos agricultores atingidos pela inclemente praga de gafanhotos, por meio de um financiamento pelo Banco do Estado e distribuição racional de sementes sob o controle das Prefeituras dos municípios atingidos.

Entendimento com o Governo Federal, no sentido de ser concedido ao Estado, por empréstimo, o parque de maquinárias de construção e conservação de estradas de rodagem que está recolhido no 13.º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa.

Entendimento com as companhias responsáveis pelo transporte coletivo nesta Capital, no sentido de melhorarem as suas linhas e de ampliarem-nas na medida do progresso da Capital do Estado.

Entendimento com os Bancos que operam no Estado, no sentido de maior maleabilidade nos créditos, pois que verificou que estão em sensíveis desproporções com os depósitos efetuados, o que equivale a dizer que a nossa economia é canalizada para outros Estados, quando poderia aqui ser aplicada.

Para finalizar, são estes, entre outros, assuntos em que o sr. governador

Moyses Lupion, tem dedicado patrióticamente os seus cuidados, sendo que é pensamento seu fazer uma compressão nas despesas do Estado, que vem apresentando o Tesouro desajustado, em verdadeiro desequilíbrio orçamentário com relação á proporção das diversas verbas necessárias á administração pública. Eis, srs. Deputados, em que vem dedicando o seu tempo precioso o Sr. Governador, que se pôde dizer teve apenas algumas horas de governo, para maior satisfação dos que o apoiam.

E, pois pensamento desta bancada, relegar para segundo plano os interesses partidários para dedicarmo-nos aos trabalhos constitucionais, lançando um apelo aos digníssimos e nobres Colegas, que assim também o façam, para cumprir com fidelidade e mandato que nos foi outorgado pelo povo do Paraná.

Dito isto, Sr. Presidente, em nome da bancada da União Democrática Nacional, requeiro que depois de ouvida a Casa, seja inserido na ata dos nossos trabalhos, o contentamento que domina a todos nós como a todo o Paraná, pelas medidas prontas e decididas do Sr. Governador do Estado, nas primeiras horas de sua gestão, em benefício do povo que ora enfrenta as maiores vicissitudes de sua história. (Palmas).

É deferido o requerimento do Sr. Lineu Novais.

A seguir o Sr. Presidente encerra a sessão e designa para a próxima a seguinte.

ORDEM DO DIA:

Trabalhos Regimentais.

Levanta-se a sessão.